

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 981759 - SP (2016/0240329-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : CATAGUA CONSTRUTORA E INCORPORADORA
LTDA
ADVOGADOS : GENTIL BORGES NETO E OUTRO(S) - SP052050
MARIA PAULA ROSSETTI BORGES - SP289850
AGRAVADO : CBE CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS
IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO : WAGNER BINI E OUTRO(S) - SP123464

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. 1. OMISSÃO DA DECISÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. CONTRATOS. CORREÇÃO MONETÁRIA DE MULTA CONTRATUAL A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. DISPOSITIVO LEGAL SUSCITADO COMO VIOLADO INAPTO A AMPARAR A TESE RECURSAL. SÚMULA 284/STF. 3. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. O âmbito normativo do art. 1º, §§ 1º e 2º, da Lei n. 6.899/1981, não alberga a tese recursal de incidência da correção monetária de multa contratual a partir do ajuizamento da ação, o que atrai a aplicação analógica do óbice da Súmula 284/STF.

2. A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que o mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento não configura violação do art. 535 do CPC/1973.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator